



**Medida Provisória n.º 1.036, de 17 de março de 2021.**

Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

CD/21260.94205-00

**EMENDA N.º \_\_\_\_\_**

**(Do Sr. Otavio Leite)**

O artigo 2º da Medida Provisória n.º 1.036, de 17 de março de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A [Lei nº 14.046, de 2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“[Art. 1º](#) Esta Lei dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da **covid-19** nos setores de turismo e de cultura.” (NR)

“[Art. 2º](#) Na hipótese de adiamento ou de cancelamento de serviços, de reservas e de eventos, incluídos **shows** e espetáculos, até 31 de dezembro de 2021, em decorrência da pandemia da **covid-19**, o prestador de serviços ou a sociedade empresária não será obrigado a reembolsar os valores pagos pelo consumidor e/ou cliente, desde que assegure:

.....

[§ 4º](#) O crédito a que se refere o inciso II do **caput** poderá ser utilizado pelo consumidor e/ou cliente até 31 de dezembro de 2022.

§ 5º .....

.....

[II](#) - a data-limite de 31 de dezembro de 2022, para ocorrer a remarcação dos serviços, das reservas e dos eventos adiados.

[§ 6º](#) O prestador de serviço ou a sociedade empresária deverá restituir o valor recebido ao consumidor e/ou cliente até 31 de dezembro de 2022, somente na hipótese de ficar impossibilitado de oferecer a remarcação dos serviços ou a disponibilização de crédito referidas nos incisos I e II do **caput**.

.....

[§ 9º](#) O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que o serviço, a reserva ou o evento adiado tiver que ser novamente adiado, em razão de não terem cessado os



efeitos da pandemia da  **covid-19**  referida no art. 1º na data da remarcação originária, e aplica-se aos novos eventos lançados no decorrer do período sob os efeitos da pandemia da  **covid-19**  que não puderem ser realizados pelo mesmo motivo.

§ 10. Na hipótese de o consumidor e/ou cliente ter adquirido o crédito de que trata o inciso II do  **caput**  até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.036, de 17 de março de 2021, o referido crédito poderá ser usufruído até 31 de dezembro de 2022.” (NR)

“Art. 4º Os artistas, os palestrantes ou outros profissionais detentores do conteúdo, contratados até 31 de dezembro de 2021, que forem impactados por adiamentos ou por cancelamentos de eventos em decorrência da pandemia da  **covid-19** , incluídos  **shows** , rodeios, espetáculos musicais e de artes cênicas, e os profissionais contratados para a realização desses eventos não terão obrigação de reembolsar imediatamente os valores dos serviços ou cachês, desde que o evento seja remarcado, respeitada a data-limite de 31 de dezembro de 2022 para a sua realização.

§ 1º Na hipótese de os artistas, os palestrantes ou outros profissionais detentores do conteúdo e os demais profissionais contratados para a realização dos eventos de que trata o  **caput**  não prestarem os serviços contratados no prazo previsto, o valor recebido será restituído, atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, até 31 de dezembro de 2022, observadas as seguintes disposições:

.....

§ 2º Serão anuladas as multas por cancelamentos dos contratos de que trata este artigo que tenham sido emitidas até 31 de dezembro de 2021, na hipótese de os cancelamentos decorrerem das medidas de isolamento social adotadas para o combate à pandemia da  **covid-19** .” (NR)

#### **Justificação:**

A presente emenda visa incluir a expressão - “consumidores e/ou clientes” – na proposta em tela, com objetivo de aperfeiçoamento do texto, em razão da diferenciação da Lei do Consumidor e demais leis que regulam esse tipo de serviço.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2021.

**Deputado OTAVIO LEITE**

**PSDB/RJ**

